

Em torno do lusotropicalismo: a representação do outro na literatura colonial sobre a Guiné

Eugenio Lucotti

Università Ca' Foscari Venezia, Italia

Abstract The article aims to highlight continuities and discontinuities in the representation of the colonial subject in works that won colonial literature prizes between 1926 and 1974. Works focusing on Guinean context will be considered here as illustrative for Portuguese colonial literature as a whole. The Salazar regime's colonial ideology is reflected in these works, which include fiction, poetry and essays. The theses of Luso-tropicalism were appropriated by official propaganda from the 1950s onwards. This doctrine provides a mystified reading of Portuguese colonial history, celebrating the supposed absence of racial prejudice and conflicts with indigenous populations. The present analysis aims to deconstruct this notion by examining the aesthetic of subalternisation that characterises earlier works and which is progressively obscured by a paternalistic gaze. However, this gaze never fully abandons the representation of the other as inferior.

Keywords Portuguese colonial literature. Guinea-Bissau. Luso-tropicalism. Colonial subject. Postcolonial Studies.

Resumo 1 Situação da literatura colonial portuguesa. – 2 O caso da Guiné. – 3 Missão 'civilizadora'. – 4 Conhecimento do outro. – 5 'Mestiçagem'. – 6 Entre exotismo e paternalismo. – 7 Conclusões.



Edizioni
Ca' Foscari



Peer review

Submitted 2025-06-09
Accepted 2025-09-07
Published 2025-12-17

Open access

© 2025 Lucotti | 4.0



Citation Lucotti, E. (2025). "Em torno do lusotropicalismo: a representação do outro na literatura colonial sobre a Guiné". *Il Tolomeo*, 27, 179-196.

1 Situação da literatura colonial portuguesa

Este artigo¹ visa analisar as obras coloniais de temática guineense² premiadas nos concursos promovidos pela Agência Geral das Colónias (1926-1974)³ como amostra de tendências gerais inscritas na literatura colonial portuguesa, concentrando-se na representação do sujeito colonial que delas emerge. Tratando-se de concursos concebidos por um órgão da propaganda colonialista e que, portanto, ressentem de uma clara orientação ideológica, a seleção deste *corpus* visa refletir sobre as características principais das obras que durante meio século foram julgadas merecedoras de distinção, pelas diferentes maneiras de elas veicularem um imaginário colonial.

A chamada 'literatura colonial' portuguesa afigura-se como um assunto ainda pouco considerado tanto pelos estudos portugueses como pelos estudos africanos, um «campo de batalha abandonado» (Mata, Lugarinho 2021, 38) onde se enfrentam tensões que apontam tanto para a apologia do colonialismo como para a emergência das modernas literaturas africanas de língua portuguesa. A necessidade político-ideológica de frisar a suposta homogeneidade entre Portugal e as suas colónias levou a uma primeira sistematização da literatura colonial (ou 'ultramarina') enquanto extensão «no quadro geral da literatura portuguesa» (César 1971, 21). A conexão com a propaganda do Estado Novo⁴ é, entretanto, um aspeto incontornável da sua

1 A investigação para este artigo decorreu no âmbito do Projeto de I&D A *Literatura Colonial Portuguesa: Além da Memória do Império* (2022.06543.PTDC), sediado no Centro de Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (CEComp), financiado por fundos nacionais portugueses através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

2 Escritos sobre a Guiné, na Guiné ou por autores que se assumem como guineenses. A oscilação entre essas tipologias é um dos desafios da teorização da literatura colonial e vinca o carácter problemático do recurso a categorias ligadas à nacionalidade. Por esta razão, e pelo facto de a literatura colonial estar vinculada a um olhar imperialista, neste caso português, entendemos, na esteira de Inocência Mata (2016, 91), como falaciosa a locução 'literatura colonial guineense'. Prefere-se, portanto, enquadrar a questão nos termos de obras cujo lugar fenotextual seja a Guiné, na senda do que foi proposto no tocante à «literatura colonial de inspiração bolamense» (Mata 1993-94, 200).

3 'Agência Geral do Ultramar' a partir de 1951 (doravante indicada como AGC/AGU) e 'concursos de literatura ultramarina' a partir de 1954.

4 Assinale-se, contudo, que a portaria 4565 que anuncia o primeiro concurso de literatura colonial foi publicada no *Diário do governo* a 9 de janeiro de 1926, portanto antes do golpe militar. Embora amplamente aproveitados pelos regimes seguintes, a AGC e os concursos foram ideados e surgiram ainda no contexto da Primeira República (Garcia 2011, 507), numa continuidade entre a Primeira República, a Ditadura Militar e o Estado Novo quanto à orientação colonialista do Estado Português. Continuidade que, por outro lado, certamente apresenta elementos de descontinuidade devidos a necessidades diferentes de conceber o enquadramento jurídico e administrativo dos territórios coloniais (como expresse, por exemplo, pelo Ato Colonial de 1930 ou pela Revisão Constitucional de 1951), como o presente artigo pretende evidenciar no tocante à evolução da estética literária de cunho colonial(ista).

legitimação e institucionalização (Noa 2002, 386): os concursos de literatura colonial visavam suprir a carência de obras literárias dedicadas ao mundo colonial e «despertar o interesse pelo património colonial» (Garcia 2011, 506). A participação popular e a atenção pelo império eram fomentadas no âmbito da construção de uma imagem nacionalista e providencialista de Portugal enquanto «imaginação do centro», nas palavras de Margarida Calafate Ribeiro, cuja pedra angular era

a mitificação da nação através da evocação do passado de que o presente império era herança e que em si reflectia a imagem da grandeza da pátria que urgia recuperar. (Ribeiro 2024, 127)

Por essa característica instrumental, várias apreciações da literatura colonial portuguesa em época pós-colonial (Ferreira 1989; Pires Laranjeira 1999; Trigo 1987) assinalam a ambiguidade da sua categorização. Por um lado, insiste-se na inconciliabilidade da sua visão imperial com os modernos sistemas literários nacionais; por outro, sugere-se a oportunidade de considerar a literatura colonial para uma melhor compreensão dos fatores que contribuíram para o desenvolvimento desses sistemas.

Mais do que configurar uma oposição irreduzível, trata-se, portanto, de um subsistema em trânsito, cuja situação se encontra em constante negociação. Assim, na perspectiva da teoria dos polissistemas de Itamar Even-Zohar, as relações da literatura colonial com os demais sistemas literários

podem ser percebidas num polissistema em que as interseções passam a serem maiores do que aquelas que costumeiramente são observadas [...]. Entretanto, [...] o polissistema não constitui uma continuidade entre sistemas diversos, mas a percepção da interseccionalidade em movimento contínuo de aproximação e afastamento entre os sistemas. (Mata, Lugarinho 2021, 33)

Por essa razão, pensar a literatura colonial através do prisma da nacionalidade e da historiografia literária apresenta mais do que algumas problemáticas, por veicular um olhar que privilegia tanto a pertença exclusiva duma determinada obra ou de um *corpus* de obras dentro de um determinado sistema (e não de outro) como a insistência nos mecanismos de influência e divergência, continuidades e descontinuidades, como motor da evolução do sistema literário. Tal enfoque tende muitas vezes a desconsiderar a interferência de fatores extraliterários e a existência de interseções que, como no caso da literatura colonial, permitem situar determinadas obras em trânsito e em oscilação entre dois ou mais sistemas literários.

2 O caso da Guiné

O caso guineense apresenta elementos de complicação, também devido ao papel secundário desempenhado pela língua portuguesa nesse cenário cultural (Augel 2007, 79). Mais do que outros sistemas literários africanos, as categorizações periodológicas da moderna literatura guineense tendem a considerar a literatura colonial em termos de alteridade ou anterioridade. Ao colocar numa oposição não-dialógica os dois sistemas, Manuel Ferreira considera esse tipo de literatura

o capítulo menos expressivo do espaço literário africano de expressão portuguesa. Praticamente até antes da independência nacional não foi possível ultrapassar a fase da literatura colonial. (Ferreira 1989, 89)

No contexto das comemorações dos Descobrimientos portugueses no fim dos anos 1990, Fernanda Cavacas e Adónio Gomes dedicaram um volume à literatura guineense, em que há não apenas uma tentativa de inventariar a literatura colonial e de discutir as suas fronteiras (Cavacas, Gomes 1997, 27-32), mas também a consideração da sua potencialidade dinamizadora, embora restringida à conflitualidade para com uma literatura nacional que surgiria «como reacção» (52). Ensaios mais recentes insistem numa rígida demarcação do sistema literário nacional (Augel 2007; 2019; Secco 2019), excluindo, portanto, do seu horizonte a literatura colonial.

De uma outra perspetiva, Odete Costa Semedo problematiza as balizas entre a escrita pré- e pós-colonial, convocando para o debate textos «de inspiração guineense, mas, obviamente, com grande cunho ideológico colonial» (2011, 28). É, entretanto, na proposta do historiador Leopoldo Amado que se encontra uma atenção para com a literatura colonial não só no seu devir histórico a partir do século XIX, mas também como conjunto de textos cuja posição perante a «literatura nacional» apresenta ambiguidades e oscilações:

A Literatura Colonial não depende da realidade habitual e do contexto em que foi produzida uma vez que dela se separou e continua a viver depois de esta ter morrido. Isto é tanto mais verdade quanto é certo que, na obra literária, o «assunto» é de tal modo elaborado que não subsiste como valor puramente humano, sujeito a qualquer juízo prático. O «assunto» extingue-se para renascer noutra esfera. É exactamente tendo em conta este postulado que atribuímos à Literatura Colonial uma importância particular no que concerne ao seu relacionamento com a Literatura Nacional. Com isto, não pretendemos inferir que a Literatura Nacional nasceu directamente na sequência da Colonial. Somos

da opinião que, efectivamente, são duas coisas distintas, mas que se articulam por elos histórico-culturais e linguístico. (Amado 2013, 28)

Os discursos veiculados por esse tipo de literatura, portanto, acabam por moldar um imaginário que ultrapassa as fronteiras periodológicas, constituindo um dos pontos a partir dos quais irradiam dinâmicas de conformismo ou divergência internas ao sistema. Estruturada a partir da convergência entre os fatores «literário» e «político-ideológico» (Noa 2002, 55), a literatura colonial participa de uma construção simultânea do ‘si’ e do ‘outro’, tanto criando como questionando estereótipos e modelos identitários. Com tais premissas, interessa considerar continuidades e descontinuidades na atribuição dos prêmios de literatura colonial/ultramarina como fator de legitimação ideológica; em particular, a apropriação das teses lusotropicalistas de Gilberto Freyre por parte do regime, embora numa «versão simplificada e manipulada» (Castelo 2011, 139), impôs a partir dos anos 50 uma tentativa de refiguração e ocultação de discursos anteriores, também a nível estético-literário.

Os concursos da AGC/AGU premiaram no total apenas onze obras de temática guineense pertencentes a vários géneros. Trata-se das narrativas *Auá: novela negra* (1934) e *A revolta* (1942), de Fausto Duarte, e *Guinéus* (1963), de Alexandre Barbosa; dos relatos de viagem *África: da vida e do amor na selva* (1936), de João Augusto Silva, e *Terra ardente: narrativas da Guiné* (1948), de Norberto Lopes; da coletânea de poemas *Baga-baga* (1966), de Armor Pires Mota; e finalmente dos ensaios aferentes a várias disciplinas *História da Guiné: 1418-1918* (1939), de João Barreto, *Monjur: o gabú e a sua história* (1949), de Jorge Velez Carço, *Estudos sobre o tifo murino na Guiné Portuguesa* (1951), de João Tendeiro, *Usos e costumes jurídicos dos fulas na Guiné portuguesa* (1958), de Artur Augusto da Silva, e *Panaria cabo-verdiana e guineense* (1969), de António Carreira.⁵

3 Missão ‘civilizadora’

A *História da Guiné*, de João Barreto, pretende explicitamente «abranger todo o passado histórico da província de Guiné» (Barreto 1938, 451). Essa totalidade considera o português como ator principal da história, enquanto as populações autóctones aparecem, de acordo com uma tendência generalizada na historiografia portuguesa anterior a 1974 (Henriques 2020, 23), como meros figurantes desprovidos de

⁵ As datas entre parêntesis referem-se ao ano da premiação. Era frequente obras inéditas serem galardoadas antes da sua publicação.

individualidade com os quais o colonizador interage, geralmente de maneira conflituosa. Na magnificação em chave heroica dos feitos da história colonial põe-se entre parêntesis a precariedade que marcara a presença portuguesa nesses territórios (Amado 2013, 18). Veja-se o prefácio de Leite de Magalhães, governador da Guiné de 1927 a 1931:

São quasi cinco séculos de actividade lusiada nos mares e terras africanas que perpassam nestas linhas [...], mostrando o esforço ingente da Raça na conquista e defesa e construção duma das parcelas (e a mais idosa) do seu Império. (Barreto 1938, 7)

Por outro lado, põe-se a tônica na hostilidade das populações africanas para com o colonizador. Os portugueses teriam sido capazes de manter a soberania

numa região das mais inhóspitas [*sic*] do globo, vencendo a hostilidade permanente das populações indígenas, resistindo à acção mortífera do clima e combatendo as ambições dos Estados estrangeiros. (10)

Porém, ao lado do relato das guerras contra as populações locais pelo controlo do território, observa-se a consideração, igualmente recorrente, de que as relações entre portugueses e indígenas teriam estado fundamentadas na amizade recíproca:

A tranquilidade resultava mais da boa amizade com os chefes indígenas do que propriamente de uma política de força e do prestígio das armas. (332)

O africano, apresentado sempre de maneira homogênea e indistinta,⁶ é tratado, igualmente sem distinções e, portanto, contraditoriamente, ora como inimigo belicoso, ora como amigo cordial. Emerge assim, pelo avesso, também uma imagem do colonizador português que oscila entre aspetos militaristas e paternalistas, típica da historiografia colonial (Henriques 2020, 94-8), permitindo relativizar até a escravatura, considerada um «mal» não «no regime em si, mas sobretudo na forma por que ela era praticada» (Barreto 1938, 294).

Essa ‘excepcionalidade’ da colonização portuguesa, alicerçada no espírito missionário, encontra-se de maneira análoga em *Terra*

6 Cabe assinalar que tanto essa categorização genérica de ‘indígena’, como a sua subalternização biológica e cultural e a necessidade, numa ótica paternalista, da sua ‘proteção’, estão presentes na própria legislação colonial da época, a partir do Ato Colonial de 1930. Tais dispositivos jurídicos também contribuíram para ‘construir’ e veicular um determinado olhar sobre o outro que se reflete nas obras aqui em apreço.

ardente. O relato da viagem de facto traduz-se numa apologia do então governador Sarmento Rodrigues, continuador do trabalho de

transplantação da nacionalidade para outros climas e outros espíritos [...] – síntese admirável de uma obra colonizadora que, acima do seu aspecto material, se impõe sempre pela humanidade dos processos e pela nobreza das intenções. (Lopes 1947, 8)

Apesar dessas premissas, contudo, na narração encontram espaço de forma igualmente contraditória o relato dos «episódios sangrentos que ilustraram a história de Bissau» e a experiência da segregação entre a «povoação europeia» e o «chão de papel» (24-5). Os vários aspetos culturais dos nativos que Lopes descreve e avalia, principalmente os seus hábitos higiénicos e a sua aptidão ao trabalho, contribuem ainda para a estereotipação do africano, que continua a ser retratado a partir de categorias etnográficas que o objetificam e o infantilizam:

Aos nativos da Guiné procurou dar-se uma visão facilmente compreensível da acção civilizadora dos portugueses em todos os continentes, chamando-os ao mesmo tempo a colaborar na obra de progresso e de engrandecimento da comunidade de que fazem parte. (130)

4 Conhecimento do outro

Apesar da sua preocupação com o espírito ‘amigo’ e ‘adaptável’ ao trópico dos colonizadores portugueses e da sua tentativa de apresentar o africano como parte da comunidade imperial, essas obras ainda não insistem explicitamente nos ideais da «reciprocidade cultural», da «miscigenação» (Castelo 2011, 109) e da invenção de um ‘povo multirracial’ numa ‘nação pluricontinental’ que marcam o discurso lusotropicalista. A suposta benevolência do colonizador é antes uma faceta da missão ‘evangelizadora’, mais tarde ‘civilizatória’, que subentende uma visão racista enraizada na tradição científica oitocentista (Bethencourt 2015, 364-91) em auge em Portugal até pelo menos o fim da Segunda Guerra Mundial (Matos 2006, 139). O próprio Barreto, médico de profissão, seis anos antes de escrever a *História da Guiné*, colaborara numa pesquisa antropológica sobre as populações guineenses que, apoiando-se metodologicamente na craniometria, assinala a existência de «influências mixtas – a mestiçagem», elementos «reveladores de influências superiores» ao lado de «características das raças inferiores» (Barreto, Lima, Mascarenhas 1932, 22-3). Visava-se contribuir com bases frenológicas para classificações preexistentes das várias componentes étnicas da população colonizada, cujos critérios de catalogação correspondiam

a determinadas oposições caracteriais e categorizações como, entre outras, «índole boa/má», «trabalhadores/preguiçosos», ou ainda «‘costumes’ incompreensíveis» (Matos 2006, 169). Por sua vez, *Monjur*, de Velez Caroco (1948), também se apoia em considerações antropométricas para operar distinções entre as populações que toma em consideração.

Apesar da sua reconhecida importância documental na recolha da tradição oral (Amado 2013, 25), a hierarquização racial permanece no horizonte de *África: da vida e do amor na selva*, cujo autor considera que «imensas multidões bárbaras esperam ainda os portugueses que as hão-de civilisar» (Silva 1936, 165). A dicotomia civilização/barbárie corrobora os *clichés* da incompreensibilidade mútua entre o colonizador e o colonizado, o que, porém, não impede o autor de instalar-se como porta-voz do africano. Assim, o seu olhar é estruturado a partir da sua suposta condição pré-moderna, indicando em categorias pré-rationais as únicas ferramentas cognitivas que estariam ao seu alcance: «os brancos, são gente misteriosa, de grandes manhas e feitiços» (63). Vice-versa, para o branco o negro é sempre «impenetrável» (151).

Essa ‘impenetrabilidade’ justifica a produção de saberes coloniais. Nas obras ensaísticas premiadas pela AGC/AGU, a alteridade coincide com o objeto de conhecimento, estando muitas vezes implícitas as considerações valorativas acerca da população local. O regulamento dos concursos a partir de 1954 proporcionou uma maior representatividade de trabalhos de cunho etnográfico e folclórico. A criação do prémio Frei João dos Santos, destinado a ensaios sobre «temas relacionados com o conhecimento do homem», visava contribuir para a promoção do

estreitamento das relações culturais entre a Metrópole e as províncias ultramarinas: porque estes Concursos não deixarão, por certo, de promover o melhor conhecimento mútuo na medida em que a literatura estabelece o diálogo entre irmãos dispersos por quatro continentes. (*Boletim Geral das Colónias* 1954, 112-13)

Entretanto, esse interesse revela também uma razão pragmática. O conhecimento aprofundado dos vários aspetos culturais das populações colonizadas era, de maneira geral, um instrumento que visava reforçar o domínio sobre as próprias (Gallo 1988, 167).

Já num contexto marcado pela adoção do prisma lusotropicalista, a retórica lusocêntrica da ‘missão civilizadora’ não se esgota, mas se transfigura no esforço de «associar» em vez que «assimilar» a alteridade numa espécie de «assimilação recíproca», tendo em consideração «os desastres recentes nos domínios coloniais franceses e ingleses» (Silva 1958, 7). No prefácio à obra de Artur Augusto da Silva, o próprio Marcello Caetano afirma depender

de uma inteligênte compreensão do mundo africano o êxito da missão que cabe aos europeus de fazer vencer a distância de milênios que separa esse mundo do tempo actual. (Silva 1958, s.p.)

Quanto às obras de João Tendeiro e António Carreira, dedicadas a assuntos mais técnicos e setoriais, dificilmente podem informar sobre a representação da alteridade, excetuando a referida função pragmática. Por relatarem experiências laboratoriais, os *Estudos sobre o tifo murino* apenas se preocupam com a população africana quando se debruçam sobre os fatores sociais das epidemias. Entretanto, não são apontadas como prejudiciais só as condições de vida da população nativa em Bissau, mas também os seus hábitos, considerados anti-higiênicos:

Aqueles bairros, constituídos por verdadeiras palhotas feitas para indígenas, são habitados por uma mescla de elementos civilizados e não civilizados, vivendo numa promiscuidade a todos os títulos reprovável, em particular sob o ponto de vista da higiene e sanidade. (Tendeiro 1950, 39)

5 ‘Mestiçagem’

Ao contrário de toda a retórica lusotropicalista da ‘predisposição’ e da ‘adaptabilidade’ do português ao meio tropical (Castelo 2011, 35), João Augusto Silva descreve a Guiné como uma «terra maldita, paiz do ódio» (Silva 1936, 26), espelho da imagem tradicionalmente associada à África como «degrado ‘metafórico’ do ser moral e social» (Ribeiro 2024, 77). De facto, a brutalidade da sociedade colonial e os maus-tratos infligidos à população autóctone são reconduzidos a esse processo de perversão induzido pelo meio, ao ‘esquecimento’ de que

os portugueses dos séculos de quinhentos e seiscentos, se alguma coisa fizeram, se um império colossal conquistaram, foi isso, mais que à força das armas, à custa de uma política de sábia infiltração diplomática. (Silva 1936, 28)

É também reforçada a necessidade de aumentar a presença de mulheres europeias nas colónias, vista a inconveniência das uniões entre portuguesas e africanas, ideia por sua vez fundamentada na referida hierarquização entre as ‘raças’. A «falta enervante de mulheres brancas» é apontada como uma das causas da corrupção do colono, que «desvairado pelo desejo» se vê obrigado a «procurar, em último recurso, a fêmea negra» (26). A população mestiça que resulta dessas uniões é igualmente encarada como mais um entrave para uma política colonial eficaz; tais considerações não deixam de

ter um lado involuntariamente cómico quando, poucas linhas à frente, o autor admite que, uma vez acostumado com os hábitos da terra, 'se casou'

simultaneamente com três mulheres fulas e uma mandinga, seguindo e observando a velha usança que obriga à poligamia todo o homem viril, praticando reverente as cerimónias rituais, consegui identificar-me com o viver dessas gentes bárbaras. (29)

Também para o protagonista de *Negro sem alma*, de Fausto Duarte, inicialmente o contacto «com as negras opunha-se aos seus preconceitos de homem civilizado», para mais tarde ceder perante as tentações da «carne pecaminosa» (Duarte 1935, 12). Embora tacitamente admitida como desvio da norma, fisiológico e totalmente masculino, a relação interétnica permanece demonizada a nível retórico e aos olhos da moral comum, apoiando-se na geral aceitação e difusão das teorias eugenistas. O coronel Roma Machado, nas suas *Recordações de África*, outro exemplo de obra premiada pela AGC em 1930, procura definir nesses termos os traços caracteriais que o «povo português» teria 'herdado' do «cruzamento» de «diferentes raças»:

Encontra-se ainda da Estremadura para sul [...] o cruzamento com o sangue moiro, que fêz juntar à nossa grei, entre outras características boas, do ramo sul, o fatalismo, a manha, o receio, e a mandriice [...] – e êste foi dos melhores, dando indivíduos mais finos e mais brancos, mas muitos com o sangue dos salaios ou moiros antigos da Estremadura e arredores de Lisboa, sobretudo, e cujo cruzamento não foi tão bom. Mas o pior de todos foi o cruzamento com o sangue africano preto, felizmente muito pouco, pois êsse é, de todos os cruzamentos de brancos com não brancos, o que tem dado indivíduos mais fracos, anémicos e tuberculosos; cruzamento que é necessário a todo o custo evitar, com a ida para a África de muitas mulheres brancas. (Roma Machado 1929, 14)

Apesar da insistência no 'sangue', em dados biológicos, como veículo de determinados traços culturais e aptidões que determinam a ação histórica, defende-se o contrário da valorização lusotropicalista da 'miscigenação'.

6 Entre exotismo e paternalismo

Os romances do cabo-verdiano Fausto Duarte, publicados entre os anos 30 e 40, dão ao sujeito africano um relevo e um protagonismo narrativo que naquelas décadas só são igualados pela obra de Castro Soromenho. Numa conferência proferida em 1934, no contexto da primeira Exposição Colonial Portuguesa no Porto, Duarte procura dar uma direção programática para a produção literária das e sobre as colónias, uma das poucas tentativas coevas de (auto)definição desse campo. Contrariando as tendências então em auge, o autor prega uma literatura que saiba dar destaque ao elemento autóctone para além da representação uniformizadora e pejorativa até então proporcionada:

É necessário antes o contacto directo com a sua mentalidade, perscrutar-lhe a vida e compreender-lhe as superstições. (Duarte 1934b, 9-10)

A palavra «superstições» é, contudo, reveladora. Esses princípios espelham-se na sua produção literária desde *Auá* até *A revolta*, em que a brutalização do africano cede o lugar à tentativa de aproximar-se da sua interioridade e da sua dimensão psicológica, operando um corte decisivo em relação à estrutura (estereo)típica do romance colonial. Em vez de a ação ser dinamizada pelo europeu que vai à África, em *Auá* desenvolve-se inteiramente no território guineense, com um movimento de ida e volta que de Bissau leva para o interior. As personagens de *Auá* pertencem todas ao meio nativo, diferenciando-se pelo seu maior ou menor grau de ‘assimilação’ na sociedade colonial e nas incompreensões mútuas engendradas por esse estatuto (Duarte 1934a, 56), colocando-se muitas vezes criticamente face à presença colonizadora. Em *A revolta*, a ficcionalização da história abandona o lusocentrismo e detém-se na vivência das populações africanas no contexto das guerras de resistência, encenando um confronto «entre as diferentes identidades da Guiné» (Amado 2013, 24).

Todavia, mais do que a suposta procura de uma identidade guineense apontada por alguns críticos (Pinto Bull 1985, 323), essa produção parece ser ainda marcada pela tentativa de ‘conhecer’ o outro a partir de categorias exógenas. À caracterização das próprias personagens não deixa de corresponder uma certa fixidez estereotípica subjacente, de forma geral, ao discurso colonial (Bhabha 1994, 66), principalmente em *Auá*. Não se altera substancialmente a visão de um mundo atravessado pela linha de corte da ‘civilização’; a variedade de etnias que convergem em Bissau é condensada numa imagem que reduz a pluralidade a uma dicotomia:

Os fatos de linho branco dos civilizados que atravessavam a rua, contrastavam com as matizes dos trajes indígenas. (Duarte 1934a, 169)

Nem se subverte a perspectiva a partir da qual a terceira pessoa narrativa observa o mundo ‘tradicional’, reconstruído a partir de generalizações que resvalam para o discurso etnográfico:

O fula, essencialmente devoto, quer pela tendência natural, quer em resultado da educação, vê Deus em todo o Universo. São fiéis aos seus usos, o que caracteriza a sua origem. (46)

Conectando-se com o *topos* colonial do africano como ser irracional, o narrador reforça essa ideia recorrendo à naturalização, ao carácter ‘essencial’ de tais ‘superstições’ que procura compreender. O predomínio do universo pulsional, de resto, é destacado para situar essas personagens no mesmo plano da natureza, dum «solo ainda virgem de culturas» (21), como evidencia o paralelismo na representação da tensão erótica entre, por um lado, Sori e Farmará e, por outro, um casal de bovinos (76-7). Reconduzidas sempre ao seu grupo étnico, Auá e as demais personagens femininas são caracterizadas estereotipicamente a partir da sua sensualidade e da sua volúpia.

A *revolta*, por sua vez, apresenta um discurso relativamente mais neutro, permitindo apreciar uma evolução no estilo representacional de Fausto Duarte, que, contudo, por vezes deixa transparecer o mesmo olhar informado pelos preconceitos da época e da sua condição social (Amado 2013, 23). Com efeito, numa digressão de sabor ensaístico, a apologia do colonialismo português dá voz a uma retórica populista que transforma a ‘simplicidade’ num fator de ‘adaptabilidade’:

O povo com o seu natural espírito de aventura, a sua credulidade ingénua por vezes, sincera sempre, generoso no triunfo, alegre nos revéses, que, tendo carpintejado navios na Ribeira das Naus tripulou-os, [...] e foi depois em terra soldado, sertanejo, mercador e o primeiro a penetrar com a sua simplicidade o segrêdo da alma indígena. Porque trouxera consigo o seu espírito cívico cedo se adaptou ao ambiente. [...] Mau grado o sobressalto constante em que vivia - temor de sua vida e fazendas - conseguiu cativar o preto que, tendo-o observado de comêço com desconfiança, se sentiu atraído para a órbita da simpatia que dêle irradiava. (Duarte 1945, 291)

Tanto o africano como o português ‘popular’ são sujeitos à mesma infantilização. A assimilação é referida como uma dádiva que o ‘bom’ colonizador oferece ao colonizado, de acordo com a ideia da

‘missão civilizadora’ anteriormente referida. A recriação ficcional dessas relações por parte de Fausto Duarte, então, prefigura tanto as disposições do Estatuto do Indígena de 1954 como em geral o discurso lusotropicalista:

O que salvou o nativo, fôsse êle o mais atrasado dos homens, foi a ignorância do povo aliada à sua índole fàcilmente impressionável com o sofrimento do seu semelhante. Desconhecendo as teorias de inferioridade de raças, os axiomas de antropologia e as doutrinas de colonização pelo massacre dos vencidos, o homem do povo, ao mesmo tempo rude e sentimental, ao vê-lo de perto entregue a uma vida primitiva, sentiu acordar na sua alma lembranças de um passado igualmente doloroso. Sendo o infortúnio pedra de toque da amizade, o colono, humilde e justo, pródigo de afectos, estendeu a mão leal ao nativo e assimilou-o. Seguindo o que lhe ditava a inspiração, integrou-se espontâneamente na fraternidade humana que é a suprema lei da vida. E porque lhe faltasse a mulher branca para lhe perfumar a existência de proscrito esqueceu agruras nos braços da negra, que se lhe entregou com a docilidade de animal imbele. Fizera-se assim a transfusão de sangue, e, através da mescla, do cruzamento sem qualquer preconceito de côr, conseguira o colono, o homem do povo, adaptar-se ao meio, orgulhoso de ver que o filho se inclinava para o pai e lhe copiava as qualidades. (292-3)

O mesmo paternalismo que caracteriza os textos de Fausto Duarte observa-se no prefácio que, já em tempos lusotropicalistas, Alexandre Barbosa escreve aos contos coletados em *Guinéus*, «doze meninices literárias» em que o deslumbramento pela natureza exótica inclui homoganeamente os «costumes e factos simples da vida também simples dos autóctones» (Barbosa 1962, 8). A escolha arcaizante do título corresponderia ao desejo de remontar ao «ancestralismo português nas suas relações com os povos de cor» (9), povos que, tal como em *Auá*, constituem o objeto do olhar do narrador.

Apesar das intenções, porém, essas narrativas ainda conservam todas as feições da construção do outro como ser constitutivamente irracional, preguiçoso e fadado à submissão. Ainda recorre o termo «civilizado» como oposição, naturalizada na semântica da obra, a «indígena». A «superstição e normas feiticistas» (66) presidem a certas atividades económicas fundamentais, como a caça, enquanto as prescrições religiosas e os vícios são apontados como a causa do mau aproveitamento dos recursos agrícolas (48-9). Arfan, protagonista do conto «Corrida patética», destaca-se da sua comunidade por apresentar qualidades consideradas antitéticas em relação ao mundo africano:

O seu temperamento é avesso à ociosidade, à monotonia quotidiana de quase todos os beafadas do Quinará. [...] O seu pensamento fixa-se em algo que tem de enfrentar ou já enfrentou. Pensará na inferior condição da sua tribo? (27)

Faz-se assim uma apologia da ‘assimilação’, assente nessa diferença perante a «ancestral preguiça de muitos da sua raça» (98). O «bom produto da civilização lusitana» e o «bom exemplo para todos os nativos» (108), contudo, são sempre apresentados como exceção que só toca o indivíduo; a ‘assimilação’ reduz-se a poucos traços que acabam por marcar ainda mais a diferença e até a ridicularização do africano. A «metamorfose» do protagonista no conto homónimo é descrita como um percurso ‘civilizador’, mas, de facto, afigura uma regressão: Abú Camará

repeti[a] que fora para lá «em bruto» e que saíra metamorfoseado. Além das coisas da tropa aprendera a falar e a rabiscar menos mal o português - «Já leio o livro da terceira sem pestanejar» - dizia. Passara a lavar-se, vestir-se e a comer com garfo e colher como os civilizados. (82)

O domínio elementar do português, inclusive, tinha sido evidenciado também em *Auí* na reprodução de uma carta de Malam (Duarte 1934a, 13): o ‘assimilado’ pode atingir apenas os traços básicos, rudimentares, de um mundo ao qual continua a permanecer estranho, apesar de o servir maquinalmente. Alguns dos hábitos que se carregam dessas marcas ‘civilizacionais’ ecoam as descrições de *Terra ardente*:

Procura-se difundir entre os nativos preceitos higiénicos que hão-de contribuir para a sua dignificação, como o uso da colher e do garfo, que há pouco se iniciou nos serviços militares. (Lopes 1947, 142)

As míseras recompensas que cabem a Abú por desempenhar um bom serviço reforça, tal como o seu deslumbramento face a elas, a sua infantilização:

Um chapéu, uma camisa, um talher e uma escova de dentes e, por fim, - oh, suprema aspiração! - foi-lhe designada uma *longa* para usar quando fosse licenciado. (Barbosa 1962, 84)

Infantilizado e, de certa forma, desumanizado, Abú até perde o seu nome para se tornar «o 818, soldado indígena» (83) como consequência da ‘assimilação’ e da integração no exército. Contudo, toda a alienação do sujeito que transparece nesse conto parece

involuntária: o narrador acompanha com favor e até alguma simpatia o desempenho do protagonista, que acaba como porta-bandeira, «o pano verde-encarnado, símbolo da sua pátria» (85), ou da perda da sua identidade.

«Granadas não dão pão | e a gente morre mais cedo» (Mota 1967, 62): marcados pela experiência de uma guerra retratada sem exaltação, mas também sem questionar a sua legitimidade, é nos poemas de Armor Pires Mota, finalmente, que se encontra uma expressão mais vívida do ideário lusotropicalista. Perante a nudez da vida, o eu lírico parece colocar-se no mesmo patamar do seu camarada de armas negro:

(Ontem, morreu um negro na primeira linha,
meu irmão de alma verdadeira,
sim, um negro de ombros largos,
sol a jorrar vermelho nos dentes
e arma debaixo do corpo varado,
a defender ainda o seu metro de terra...)
(47)

Esse espírito de fraternidade constitui um dos fios condutores da coletânea,

Nossas mãos juntas, negro leal,
(e a tua tem uma cicatriz!)

têm seiva igual
e sangue da mesma raiz
(13)

O encontro entre o branco e o preto recorre na superfície textual condensada em várias imagens, reforçando a sua compenetração através de alternâncias cromáticas com base em elementos concretos, como as «mãos negras, de veludo, | e brancas por dentro», o

Menino negro que nasceu branco e igual
a todos os meninos do mundo
(15)

Ou ainda «gatos negros, brancos, negros-brancos» (34). Todavia, esse sentimento é apenas em relação ao 'assimilado', ou ao africano que, por sua vontade ou não, combate ao lado dos portugueses. Mesmo assim, não deixa de revelar uma inferiorização latente desse 'outro' quando, no «Poema de irmãos», é feito um convite paternal, «sente-te à minha mesa» (20). Essa «mesa», que metonimicamente remete à ideia de 'casa', 'lar', pertence sempre ao branco, a presença do

negro é apenas uma concessão; a irmandade não consegue disfarçar completamente uma hierarquização:

Sou o teu irmão mais velho,
sou negro também dentro de mim!
(21)

7 Conclusões

Nas obras que foram premiadas pela AGC/AGU antes de 1954 prevalecem visões abertamente estigmatizadoras do africano, antipódicas para com o ideário lusotropicalista, as quais, porém, convivem com elementos que justificariam a sua legitimidade, tais como a retórica da 'bondade' e da 'excepcionalidade' do colonialismo português. O olhar que estrutura as obras mais recentes, por sua vez, é só superficialmente alterado através de declarações explícitas e reconhecíveis que se encaixam no discurso lusotropicalista e que porventura terão influenciado a apreciação dos júris. Atentando para as suas técnicas de representação emerge com mais clareza o permanecer de visões que se põem em contradição com o lusotropicalismo e que o discurso oficial não consegue abafar completamente.

Os casos de *Auá* e *Guinéus*, como se viu, são exemplares, podendo apontar para uma tendência geral inscrita na literatura colonial portuguesa. Embora escritos em épocas diferentes, apresentam um tratamento substancialmente análogo do colonizado, que é sim sujeito 'da' narrativa, mas também sujeito 'ao' narrador, ao seu olhar, ao seu julgamento e à sua capacidade de interpretação e recriação do real. A representação do africano ocorre invariavelmente através de categorias fixas e de matriz eurocêntrica, sejam elas expressão de um certo paternalismo ou de uma explícita estigmatização. A construção *a priori* do protagonista procede do geral para o particular, por diferenciação. Num primeiro momento o olhar detém-se, analogamente ao do etnógrafo, na observação de uma coletividade em que diferenças e caracterizações individuais se apagam, para a seguir recortar a partir das qualidades atribuídas a esse grupo homogêneo determinadas figuras que se destacam e adquirem o protagonismo. Toda a sua caracterização passa assim pelo filtro da excepcionalidade com relação ao seu meio de origem, coincidindo muitas vezes com o estatuto de 'assimilado'.

A adaptação e apropriação das teorias de Gilberto Freyre, portanto, não determinaram um corte nítido nas dinâmicas de representação da alteridade e da identidade. Tanto o seu carácter irreal(ista) como a sua incongruência com relação à realidade política, económica, administrativa, social e laboral do colonialismo português têm

sido amplamente demonstrados no terreno historiográfico e da história das ideias. O que neste lugar se procurou frisar é a sua incongruência, presente em concretizações também literárias, com relação ao discurso colonial então em auge, ao qual o lusotropicalismo pretendia sobrepor-se, fornecendo uma interpretação sistemática e também retrospectiva das relações entre os portugueses e os outros povos. As tensões que atravessam o imaginário colonial, espelhadas na própria literatura colonial, permitem então complexificar a questão, identificando, por um lado, os pródromos que favoreceram a implantação do ideário lusotropicalista e, por outro, as resistências que não conseguiu disfarçar, num discurso marcado pela ambiguidade, também interna aos próprios textos.

Bibliografia

- Amado, L. (2013). *Guineidade & africanidade. Estudos, crónicas, ensaios e outros textos*. Lisboa: Vieira da Silva.
- Angel, M.P. (2007). *O desafio do escombros. Nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Angel, M.P. (2019). «Breve panorama da prosa literária da Guiné-Bissau». Ribeiro, M.C.; Rothwell, P. (orgs), *Heranças pós-coloniais nas literaturas de língua portuguesa*. Porto: Afrontamento, 87-103.
- Barbosa, Alexandre (1962). *Guinéus*. Lisboa: Edição do Autor.
- Barreto, J. (1938). *História da Guiné: 1418-1918*. Lisboa: Edição do autor.
- Barreto, J.; Lima, J.A.P. de; Mascarenhas, C. (1932). *Contribuição para o estudo antropológico da Guiné Portuguesa*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Bethencourt, F. (2015). *Racismos. Das cruzadas ao século XX*. Trad. por L.O. Santos. Lisboa: Temas e Debates.
- Bhabha, H. (1994). *The Location of Culture*. London; New York: Routledge.
- Caroço, J.V. (1948). *Monjur: o Gabú e a sua história*. Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.
- Carreira, A. (1968). *Panaria cabo-verdiano-guineense. Aspectos históricos e sócio-económicos*. Lisboa: Museu de Etnologia do Ultramar.
- Castelo, C. (2011). «O modo português de estar no mundo». *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. 2a ed. Porto: Afrontamento.
- Cavacas, F.; Gomes, A. (1997). *A literatura na Guiné-Bissau*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- César, A. (1971). *Novos parágrafos de literatura ultramarina*. Braga: Pax.
- «Concurso de literatura ultramarina» (1954). *Boletim geral do ultramar*, 343, 111-17.
- Duarte, F. (1934a). *Auá. Novela negra*. Lisboa: Clássica.
- Duarte, F. (1934b). *Da literatura colonial e da 'morna' de Cabo Verde*. Porto: Edições da 1a Exposição Colonial Portuguesa.
- Duarte, F. (1935). *O negro sem alma*. Lisboa: Clássica.
- Duarte, F. (1945). *A revolta*. Porto: Latina.
- Ferreira, M. (1989). *O discurso no percurso africano*, vol. 1. Lisboa: Plátano.
- Gallo, D. (1988). *Antropologia e colonialismo. O saber português*. Lisboa: Editores Reunidos – Heptágono.

- Garcia, J.L. (2011). *Ideologia e propaganda colonial no Estado Novo. Da Agência Geral das Colônias à Agência Geral do Ultramar* [tese de doutoramento]. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Henriques, I.C. (2020). *A descolonização da história. Portugal, África e a desconstrução de mitos historiográficos*. Lisboa: Caleidoscópio.
- Lopes, N. (1947). *Terra ardente: narrativas da Guiné*. Lisboa: Editora Marítimo-Colonial.
- Mata, I. (1993-94). «A literatura colonial de inspiração bolamense». *África*, 16-17(1), 199-209. <https://doi.org/10.11606/issn.2526-303x.v0i16-17p199-209>.
- Mata, I. (2016). «Deslocamentos imperiais e percepções de alteridade. O caso da literatura colonial portuguesa». *Abril*, 8(16), 89-102. <https://doi.org/10.22409/abriluff.v8i16.29892>.
- Mata, I.; Lugarinho, M.C. (2021). «Um campo de batalha abandonado. A incômoda memória da literatura colonial portuguesa». *Veredas*, 36, 26-40. <https://doi.org/10.24261/2183-816x0236>.
- Matos, P.F. de (2006). *As 'côres' do Império. Representações raciais no 'Império Colonial Português'*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Mota, A.P. (1967). *Baga-baga*. Braga: Editora Pax.
- Noa, F. (2002). *Império, mito e miopia. Moçambique como invenção literária*. Lisboa: Caminho.
- Pinto Bull, B. (1985). «Fausto Duarte. À la recherche de l'identité guinéenne?». *Les littératures africaines de langue portugaise*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 319-24.
- Pires Laranjeira, J.L. (1999). «La littérature coloniale portugaise». *Regards sur les littératures coloniales*. Vol. 3, *Afrique anglophone et lusophone*. Paris; Montréal: L'Harmattan, 231-58.
- Ribeiro, M.C. (2024). *Uma história de regressos. Império, guerra colonial e pós-colonialismo*. 2a ed. Porto: Afrontamento.
- Roma Machado, C. (1929). *Recordações de África*. Lisboa: Carmona.
- Secco, C.L.T.R. (2019). «Sonhos, sangue, perplexidades esperança... – Um percurso pela poesia da Guiné-Bissau». Ribeiro, M.C.; Rothwell, P. (orgs), *Heranças pós-coloniais nas literaturas de língua portuguesa*. Porto: Afrontamento, 105-16.
- Semedo, O.C. (2011). «Literatura guineense. Entre a (re)criação e os atalhos da história». Ribeiro, M.C.; Semedo, O.C. (orgs), *Literaturas da Guiné-Bissau. Cantando os escritos da história*. Porto: Afrontamento, 17-48.
- Silva, A.A. da (1958). *Usos e costumes jurídicos dos fulas na Guiné Portuguesa*. Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.
- Silva, J.A. (1936). *África. Da vida e do amor na selva*. Lisboa: Francisco Franco.
- Tendeiro, J. (1950). *Estudos sobre o tifo murino na Guiné Portuguesa*. Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.
- Trigo, S. (1987). «Literatura colonial. Literaturas africanas». *Literaturas africanas de língua portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.